



# BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE		
PARTE B	<b>ASSEMBLEIA NACIONAL:</b> <i>Secretaria-Geral:</i> <b>Extracto de despacho n° 1587/2012:</b> Nomeia João Felipe Martins, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor do Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV. ....1201 <b>Extracto de contrato de trabalho a termo n° 13/2012:</b> Contrata Silvina Pereira da Silva, para exercer o cargo de governanta, na residência oficial do Presidente da Assembleia Nacional. ....1201 <b>Extracto de contrato de trabalho a termo n° 14/2012:</b> Contrata Karine Mendes Soares, para exercer o cargo de ajudante de serviços gerais, na residência oficial do Presidente da Assembleia Nacional. .... 1201	
	PARTE C	<b>CHEFIA DO GOVERNO:</b> <i>Direcção-Geral da Administração Pública:</i> <b>Extracto de despacho n° 1588/2012:</b> Coloca em comissão eventual de serviço, Manuela do Carmo Lopes Moreno, professora do ensino básico primeira, para frequentar o curso de mestrado em “administração de organizações”. ....1201 <b>Extracto de despacho n° 1589/2012:</b> Prorrogando a comissão de serviço, de Maria José Lopes, técnico superior de primeira, do quadro de pessoal do Instituto do Arquivo Histórico Nacional. ....1201 <b>Extracto de despacho n° 1590/2012:</b> Coloca em comissão eventual de serviço, Lavínia Dória Eufémia da Luz, técnica superior para frequentar o curso de formação especializada em cirurgia e traumatologia buço maxilo facial. ....1201

**Extracto de despacho n.º 1591/2012:**

Coloca em comissão eventual de serviço, Laurindo Alves Mendes de Andrade, técnica superior para frequentar o curso de formação especializada em cirurgia e traumatologia buco maxilo facial. .... 1201

**Extracto de despacho n.º 1592/2012:**

Prorrogando a comissão de serviço, de Nereida Lucília Varela Silva Moreira, técnico 1 nível VI do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Estatística..... 1202

**Extracto de despacho n.º 1593/2012:**

Dá por finda a comissão eventual de serviço de Manuel Amílcar Cabral, quadro do pessoal do Gabinete de Comunicação e Imagem da Presidência do Conselho de Ministros. .... 1202

**Extracto de despacho n.º 1594/2012:**

Concede aposentação definitiva a Basílio Lopes da Costa, subchefe principal, da Polícia de Ordem Pública..... 1202

**Extracto de despacho n.º 1595/2012:**

Concede aposentação definitiva a José António Dias Cabral, agente principal, da Polícia de Ordem Pública..... 1202

**Extracto de despacho n.º 1596/2012:**

Concede aposentação definitiva a Pedro Francisco Lopes, subchefe ajudante, da Polícia de Ordem Pública..... 1202

**Extracto de despacho n.º 1597/2012:**

Concede aposentação definitiva a Pedro Mendes Teixeira, subchefe ajudante, da Polícia de Ordem Pública. .... 1202

**Extracto de despacho n.º 1598/2012:**

Concede aposentação definitiva a João Lopes da Costa, subcomissário, da Polícia de Ordem Pública. .... 1202

**Extracto de despacho n.º 1599/2012:**

Concede aposentação definitiva a Gualdino dos Santos Pio, subcomissário, da Polícia de Ordem Pública.... 1203

**Extracto de despacho n.º 1600/2012:**

Concede aposentação definitiva a Joaquim de Pina Cabral, subcomissário, da Polícia de Ordem Pública..... 1203

**Extracto de despacho n.º 1601/2012:**

Concede aposentação definitiva a Paulo Duarte, subchefe principal, da Polícia de Ordem Pública..... 1203

**Extracto de despacho n.º 1602/2012:**

Concede aposentação definitiva a Adalberto Barros de Pina, subchefe ajudante, da Polícia de Ordem Pública. .... 1203

**Extracto de despacho n.º 1603/2012:**

Concede aposentação definitiva a António Soares, subchefe ajudante, da Polícia de Ordem Pública..... 1203

**Extracto de despacho n.º 1604/2012:**

Concede aposentação definitiva a Bernardino Sena Mendes Sanches, subchefe ajudante, da Polícia de Ordem Pública..... 1203

**Extracto de despacho n.º 1605/2012:**

Concede aposentação definitiva a José Gomes Semedo, agente principal, da Polícia de Ordem Pública..... 1204

**Extracto de despacho n.º 1606/2012:**

Concede aposentação definitiva a Manuel Alves Borges, agente principal, da Polícia de Ordem Pública..... 1204

**MINISTÉRIO DA SAÚDE:*****Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 1607/2012:**

Concedendo licença sem vencimento a Fernanda Mendes Tavares, enfermeira geral, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto. .... 1204

**Extracto de despacho n.º 1608/2012:**

Concedendo licença sem vencimento a Maria Isabel da Graça Silva Ramos Sanches, enfermeira graduada, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto. .... 1204

**Extracto de despacho n.º 1609/2012:**

Transferindo Augusto Ferreira Cabral, médico geral, para a Delegacia de Saúde do Tarrafal. .... 1204

**Extracto de despacho n.º 1610/2012:**

Nomeando nos respectivos cargos Justino Pedro Lima e Josefa Santos Dias..... 1204

**Extracto de despacho n.º 1611/2012:**

Nomeia definitivamente Lorkan Darma Lopes Sequeira Rodrigues, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde. .... 1204

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL:*****Gabinete do Ministro:*****Despacho n.º 17/2012:**

Delegando no Director Nacional de Defesa, no âmbito daquele Serviço Central, a competência que indica. .... 1205

**Extracto do despacho conjunto nº 1612/2012:**

Revogando o despacho nº 1435/2012, de 21 de Novembro, referente a transferência do primeiro-tenente José António Silva Salomão..... 1205

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:*****Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1613/2012:**

Concede licença sem vencimento a Maria Manuela Andrade Azevedo da Graça, quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores..... 1205

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:*****Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1614/2012:**

Nomeia, Edna da Cruz Fernandes, para desempenhar as funções de técnico-adjunto, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna..... 1205

**Extracto de despacho nº 1615/2012:**

Nomeia, Elisângela Herbert Lopes Soares de Sena Monteiro, para desempenhar as funções de técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna..... 1205

**Extracto de despacho nº 1616/2012:**

Nomeia, Lenira Delgado Nascimento, para desempenhar as funções de técnica-adjunta, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna..... 1205

**Extracto de despacho nº 1617/2012:**

Dá por finda, a comissão de serviço de Luís António Ramos Veiga, no cargo de Delegado dos Transportes Rodoviários na ilha do Fogo..... 1205

**Extracto de despacho nº 1618/2012:**

Dá por finda, a comissão de serviço de Adriano Manuel Inocêncio, no cargo de Delegado dos Transportes Rodoviários na Ilha de São Vicente..... 1205

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:*****Direcção-Geral de Administração:*****Extracto de despacho nº 1619/2012:**

Nomeando Ana do Nascimento Miranda, em substituição, ficando colocada na Conservatória e Cartório dos Registos e Notariado da Região de Santa Catarina..... 1205

**Extracto de despacho nº 1620/2012:**

Nomeando Claudia Celeste Vaz Pereira, em substituição, ficando colocada na Conservatória dos Registos Cíveis da Praia..... 1206

**Extracto de despacho nº 1621/2012:**

Nomeando oficiais conservadores do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, para, em comissão ordinária de serviço, desempenharem o cargo que indica..... 1207

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA:*****Instituto de Estradas:*****Extracto de contrato de trabalho nº 16/2012:**

Contratando Lenira Elisângela Ferreira Mendes da Costa, para exercer as funções de técnico médio no Instituto de Estradas..... 1207

**MINISTÉRIO DA JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS:*****Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 1622/2012:**

Dando por finda, a requisição de Sabino Tavares Correia, professor do ensino básico, no cargo de Coordenador do Centro de Emprego e Formação Profissional de Pedra Badejo..... 1207

**MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:*****Gabinetes dos Ministros:*****Despacho conjunto nº 14/2012:**

Atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico denominado "C-RIDERS LDA"..... 1207

**Despacho conjunto nº 15/2012:**

Atribuindo o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico denominado "CALDERA PRETA LDA"..... 1208

**PARTE D****TRIBUNAL DE CONTAS:***Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros:***Extracto de despacho nº 1623/2012:**

Nomeando Marta Moreira Lopes Neves, auditora geral, para exercer em comissão ordinária de serviço, as funções de Directora dos Serviços Técnicos do Tribunal de Contas.....1208

**PARTE G****MUNICÍPIO DA BOA VISTA:***Câmara Municipal:***Extracto de despacho nº 1625/2012:**

Nomeando Elisabeth Cabral Tavares Ferreira, para exercer as funções de assessora do Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista. ....1208

**MUNICÍPIO DE SÃO FILIPE:***Câmara Municipal:***Extracto de Deliberação nº 103/2012:**

Nomeando José Pedro Vieira Pina Gonçalves, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal de São Filipe.....1208

**Extracto de despacho nº 1626/2012:**

Nomeando Manuel Salvador Fernandes Delgado, para, exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de condutor-auto do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe.....1208

**Extracto de despacho nº 1627/2012:**

Requisitando Luís Silva Barros Alves, técnico verificador tributário, requisitado para exercer o cargo de assessor do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe. ....1209

**MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SÃO NICOLAU:***Câmara Municipal:***Extracto de despacho nº 1628/2012:**

Dando por finda a comissão ordinária de serviços, Chila Rosi Silva Andrade, técnica superior, nas funções de Secretária Municipal da Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau. ....1209

**Extracto de despacho nº 1629/2012:**

Nomeando Chila Rosi Silva Andrade, técnica superior, para exercer em comissão de serviços as funções de Chefe de Divisão, no Departamento de Serviços de Contabilidade, da Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau. ....1209

**MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE:***Assembleia Municipal:***Deliberação nº 104/2012:**

Profissionalizando diversos vereadores. ....1209

**PARTE I1****MINISTÉRIO DA SAÚDE:***Direcção- Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Anúncio de concurso nº 52/2012:**

Determina-se abertura de concurso publico para licenciamento de uma farmácia na cidade de Santa Maria, ilha do Sal. ....1209

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL:***Gabinete do Ministro:***Anúncio de concurso nº 53/2012:**

Determina-se a composição do Júri para efectuarem um concurso externo, para preenchimento de duas vagas de técnico superior. ....1210

**PARTE B****ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

**Extracto de despacho nº 1587/2012.** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional, em exercício:

De 30 de Novembro de 2012:

João Felipe Martins, licenciado em Direito, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor do Gabinete do Grupo Parlamentar do PAICV, nos termos do nº 1 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, conjugado com os artigos 39º e 45º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Novembro 2012.

A despesa tem cabimento no código 03.01.01.01 do orçamento privado da Assembleia Nacional. – (Isento do Visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 39º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro).

**Extracto de contrato de trabalho a termo nº 13/2012:**

De 4 de Novembro de 2012:

Silvina Pereira da Silva, contratada ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 53º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, conjugado com o artigo

24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e com o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, para exercer o cargo de governanta, referência 3, escalão A, na Residência Oficial do Presidente da Assembleia Nacional, pelo tempo que durar a VIII Legislatura, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2012.

**Extracto de contrato de trabalho a termo nº 14/2012:**

De 4 de Novembro de 2012:

Karine Mendes Soares, contratada ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 53º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, conjugado com o artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e com o artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, para exercer o cargo de ajudante de serviços gerais, referência 1, escalão A, na Residência Oficial do Presidente da Assembleia Nacional, pelo tempo que durar a VIII Legislatura, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2012.

A despesa tem cabimento no código 03.01.01.03 do orçamento privado da Assembleia Nacional. – (Isento de visto do Tribunal de Contas nos termos do nº 2 do artigo 53º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional).

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 5 de Dezembro de 2012. – O Secretário-Geral, *Adalberto de Oliveira Mendes*

**PARTE C****CHEFIA DO GOVERNO****SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Direcção-Geral da Administração Pública**

**Extracto de despacho nº 1588/2012** – De S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 6 de Agosto de 2012:

Manuela do Carmo Lopes Moreno, professora do ensino básico primeira referência 7, escalão C, do quadro do Ministério da Educação e Desporto, em decorrência do processo concursal realizado em 25 de Agosto de 2011 em que a professora em causa foi selecionada para frequentar o curso de mestrado em “administração de organizações”, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – Brasil, é colocada em comissão eventual de serviço, nos termos do nº 1, alínea a) do artigo 4º conjugado com o nº 1, do artigo 19º, do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, por um período de 1 ano, com efeitos a partir 9 de Fevereiro de 2012.

**Extracto de despacho nº 1589/2012** – De S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 6 de Agosto de 2012:

Maria José Lopes, técnico superior de primeira, de nível X, escalão F, de nomeação definitiva do quadro de pessoal do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, em comissão eventual de serviço desde 1 de Fevereiro de 2010 – prorrogada a referida comissão, nos termos da alínea a) e c) do nº 1 do artigo 4º e artigo 11º do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, para continuação do curso de pós graduação em História a nível de doutoramento em Portugal, por um período de 6 meses, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2012.

**Extracto de despacho nº 1590/2012** – De S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 5 de Setembro de 2012:

Lavínia Dória Eufémia da Luz, técnica superior referência 13, escalão A, (cirurgiã dentista), do quadro definitivo da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de São Vicente, em decorrência do processo concursal realizado em 4 de Dezembro de 2009, em que a senhora em causa foi selecionada por despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde de 29 de Dezembro de 2009, para frequentar o curso de formação especializada em cirurgia e traumatologia buco maxilo facial na Universidade Estadual Vale do Acaraú, na República Federativa do Brasil – colocada em comissão eventual de serviço, nos termos do nº 1, alínea a) do artigo 4º conjugado com o nº 1, do artigo 19º, do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, por um período de 1 ano, com efeitos a partir 23 de Fevereiro de 2012.

**Extracto de despacho nº 1591/2012** – De S. Ex<sup>a</sup> o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 5 de Setembro de 2012:

Laurindo Alves Mendes de Andrade, técnica superior de 1ª referência 14, escalão B, (cirurgiã dentista), do quadro definitivo da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em decorrência do processo concursal realizado em 4 de Dezembro de 2009, em que o senhor em causa foi selecionado por despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde de 29 de Dezembro de 2009, para frequentar o curso de formação especializada em cirurgia e traumatologia buco maxilo facial na Universidade Estadual Vale do Acaraú, na República Federativa do Brasil – colocado em comissão eventual de serviço, nos termos do nº 1, alínea a) do artigo 4º conjugado com o nº 1, do artigo 19º, do Decreto-Lei nº 1/87, de 10 de Janeiro, por um período de 1 ano, com efeitos a partir 23 de Fevereiro de 2012.

**Extracto de despacho n.º 1592/2012** – De S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 16 de Outubro de 2012:

Nereida Lucília Varela Silva Moreira, técnico 1 nível VI escalão A, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Estatística - encontrando-se em comissão eventual de serviço desde 11 de Outubro 2011, a frequentar o curso de mestrado em Análise de Dados e Sistemas de Apoio à Decisão” na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Portugal - prorrogada a referida comissão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º e artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, por um período de 1 ano, com efeitos a partir de 11 de Outubro de 2012.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap.º 10.16, Div. 11 Subdivisão 19 Cód. 03.01.01.02 do orçamento vigente do Instituto Nacional de Estatística. – (Isento do Visto do Tribunal de Contas).

**Extracto de despacho n.º 1593/2012** – De S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 7 de Dezembro de 2012:

Manuel Amílcar Cabral, técnico superior, referência 13, escalão C, nomeação definitiva, do quadro de pessoal do Gabinete de Comunicação e Imagem da Presidência do Conselho de Ministros, encontrando-se em comissão eventual de serviço desde 1 de Outubro de 2011, a frequentar o curso de Mestrado em “Jornalismo de Investigação “ em Espanha, nos termos do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro - é dada por finda a referida comissão eventual de serviço, com efeitos a partir de 8 de Novembro de 2012.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 3 de Dezembro de 2012. – A Directora-Geral, *Carmelita Santos*

## Direcção de Serviço de Segurança Social

**Extracto de despacho n.º 1594/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Basílio Lopes da Costa, subchefe principal, referência 7, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.236.553\$00 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e três escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 14.930\$00 (catorze mil, novecentos e trinta escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas no valor de 1.493\$00.

**Extracto de despacho n.º 1595/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

José António Dias Cabral, agente principal, referência 3, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de

16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 828.828\$00 (oitocentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e oito escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 10.007\$00 (dez mil e sete escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.667\$00 e as restantes no valor de 1.668\$00.

**Extracto de despacho n.º 1596/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Pedro Francisco Lopes, subchefe ajudante, referência 6, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.156.326\$00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 72.851\$00 (setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um escudos), que deverá ser descontado em 40 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.835\$00 e as restantes no valor de 1.820\$00.

**Extracto de despacho n.º 1597/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Pedro Mendes Teixeira, subchefe ajudante, referência 6, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.156.326\$00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 202.409\$00 (duzentos e dois mil, quatrocentos e nove escudos), que deverá ser descontado em 80 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 2.539\$00 e as restantes no valor de 2.530\$00.

**Extracto de despacho n.º 1598/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

João Lopes da Costa, subcomissário, referência 9, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004,

de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* nº. 47/2004, de 29 de Dezembro – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.431.768\$00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oito escudos), calculada de conformidade com o artigo 7º, nº. 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 19.298\$00 (dezanove mil, duzentos e noventa e oito escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, no valor de 1.928\$00.

**Extracto de despacho nº 1599/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Gualdino dos Santos Pio, subcomissário, referência 9, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº.6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro - concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.431.768\$00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oito escudos), calculada de conformidade com o artigo 7º, nº. 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 19.298\$00 (dezanove mil, duzentos e noventa e oito escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.928\$00 e as restantes no valor de 1.930\$00.

**Extracto de despacho nº 1600/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Joaquim de Pina Cabral, subcomissário, referência 9, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº.6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.431.780\$00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta escudos), calculada de conformidade com o artigo 7º, nº. 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 17.028\$00 (dezassete mil e vinte e oito escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo o primeiro no valor de 1.701\$00 e as restantes no valor de 1.703\$00.

**Extracto de despacho nº 1601/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Paulo Duarte, subchefe principal, referência 7, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de

aposentação, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº.6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.236.540\$00 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e três escudos), calculada de conformidade com o artigo 7º, nº. 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 14.930\$00 (catorze mil, novecentos e trinta escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas no valor de 1.493\$00.

**Extracto de despacho nº 1602/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Adalberto Barros de Pina, subchefe ajudante, referência 6, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº.6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.156.326\$00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis escudos), calculada de conformidade com o artigo 7º, nº. 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 13.916\$00 (treze mil, novecentos e dezasseis escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.397\$00 e as restantes no valor de 1.396\$00.

**Extracto de despacho nº 1603/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

António Soares, subchefe ajudante, referência 6, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº.6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº. 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.156.326\$00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis escudos), calculada de conformidade com o artigo 7º, nº. 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 13.961\$00 (treze mil, novecentos e sessenta e um escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.397\$00 e as restantes no valor de 1.396\$00.

**Extracto de despacho nº 1604/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Bernardino Sena Mendes Sanches, subchefe ajudante, referência 6, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço

para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 1.156.326\$00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e seis escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 84.629\$00 (oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove escudos), que deverá ser descontado em 40 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 2.105\$00 e as restantes no valor de 2.116\$00.

**Extracto de despacho n.º 1605/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

José Gomes Semedo, agente principal, referência 3, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 828.824\$00 (oitocentos e vinte e oito mil, oitocentos e vinte e quatro escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 10.007\$00 (dez mil e sete escudos), que deverá ser descontado em 10 prestações mensais e consecutivas, no valor de 1.667\$00.

**Extracto de despacho n.º 1606/2012.** – Da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 29 de Agosto de 2012:

Manuel Alves Borges, agente principal, referência 3, escalão A, da Polícia de Ordem Pública, desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 16 de Fevereiro, conjugado com o Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, publicado no *Boletim Oficial* – concedida a aposentação definitiva, com direito à pensão anual de 964.811\$00 (novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e onze escudos), calculada de conformidade com o artigo 7.º, n.º 1 do referido Decreto-Lei, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Novembro de 2004, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, no montante de 347.687\$00 (trezentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete escudos), que deverá ser descontado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 2.944\$00 e as restantes no valor de 2.897\$00.

As despesas tem cabimento na dotação inscrita no Cap. 30.20, Div. 04, Cód. 03.05.03.01.01 do Orçamento vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 5 de Dezembro de 2012).

Direcção de Serviço de Segurança Social, na Praia, aos 7 de Dezembro de 2012. – A Directora-Geral, *Carmelita Santos*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto do despacho n.º 1607/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 12 de Novembro de 2012:

Fernanda Mendes Tavares, enfermeira geral, escalão I, índice 125, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto”, concedida licença sem vencimento por um período de (1) ano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2012.

**Extracto do despacho n.º 1608/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 20 de Novembro de 2012:

Maria Isabel da Graça Silva Ramos Sanches, enfermeira graduada, escalão IV, índice 130, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto”, concedida licença sem vencimento por um (1) ano, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2012.

**Extracto do despacho n.º 1609/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 4 de Dezembro de 2012:

Augusto Ferreira Cabral, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, ora em exercício na Delegacia de Saúde de Santa Catarina, transferido para a Delegacia de Saúde do Tarrafal.

**Extracto do despacho n.º 1610/2012.** – Da Directora-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, por delegação de S. Ex.ª a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 8 de Novembro de 2012:

Justino Pedro Lima, enfermeiro geral, escalão III, índice 115, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeado definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Josefa Santos Dias, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeada definitivamente no respectivo cargo nos termos do artigo 13.º, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

**Extracto do despacho n.º 1611/2012.** – Da Directora-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, por delegação de competência de S. Ex.ª a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 7 de Dezembro de 2012:

Lorkan Darma Lopes Sequeira Rodrigues, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeado definitivamente no referido cargo, nos termos do artigo 13 da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Saúde, na Praia, aos 7 de Dezembro de 2012. – A Directora-Geral, *Serafina Alves*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Gabinete do Ministro

#### Despacho nº 17/2012:

Ao abrigo do disposto no artigo 19.º do Decreto-Legislativo n.º 2/95 de 20 de Junho, e no uso das competências que me foram atribuídas pelo artigo 2.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2012, de 23 de Novembro, rectificado pelo despacho da Secretaria-Geral do Governo, publicado no *Boletim Oficial* n.º 65, I Série, de 3 de Dezembro de 2012, deogo no Director Nacional de Defesa, no âmbito daquele Serviço Central, a competência para proceder à assinatura do contrato de concessão, cuja minuta foi aprovada pela referida Resolução.

O presente despacho entra em vigor imediatamente, ficando por este meio ratificado todos os actos entretanto praticados pelo Director Nacional de Defesa que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, na Praia, aos 3 de Dezembro de 2012. – O Ministro, *Jorge Homero Tolentino Araújo*.

**Extrato de despacho conjunto nº 1612/2012.** – De S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional e S. Ex.ª a Ministra das Infra-estruturas e Economia Marítima:

De 3 de Dezembro de 2012:

É comunicada, nos termos do artigo 22º do Decreto-Legislativo nº 15/97, de 10 de Novembro, a revogação do despacho nº 1435/2012, de 21 de Novembro, referente a transferência do primeiro-tenente José António Silva Salomão, do quadro das Forças Armadas para o quadro da Direcção-Geral das Infra-estruturas do Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima, publicado na Edição do *Boletim Oficial*, nº 67, II Série, de 21 de Novembro de 2012.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, na Praia, aos 3 de Dezembro de 2012. – O Director de Gabinete, *Amílcar Silveira Pires*.

—oço—

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto do despacho nº 1613/2012.** – De S. Ex.ª o Ministro das Relações Exteriores:

De 10 de Dezembro de 2012:

Maria Manuela Andrade Alves Azevedo da Graça, técnica superior de primeira, referência 14, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério das Relações Exteriores, concedida, nos termos do artigo 61º do Decreto-Lei nº 3/2010, 8 de Março, licença sem vencimento para exercício de funções em organismo internacional, com efeitos a partir de 3 de Dezembro.

Serviço de Gestão dos Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, na Praia, aos 12 de Dezembro de 2012. – A Directora, *Antonieta Lopes dos Reis*

—oço—

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto do despacho nº 1614/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna:

De 16 de Junho 2012:

Edna da Cruz Fernandes, licenciada em Administração Pública, nomeada nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-

Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com a alínea a) do artigo 12º e o nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para desempenhar as funções de técnico-adjunto, referencia 11, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna, com efeito a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

**Extracto do despacho nº 1615/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna:

De 16 de Junho 2012:

Elisangela Herbert Lopes Soares de Sena Monteiro, licenciada em Direito, nomeada nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com a alínea a) do artigo 12º e o nº 1 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para desempenhar as funções de técnica superior, referencia 13, escalão A, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, com efeito a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

**Extracto do despacho nº 1616/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna:

De 16 de Junho 2012:

Lenira Delgado Nascimento, Licenciada em Gestão de Empresas, nomeada nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, conjugado com a alínea a) do artigo 12º e o artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, para desempenhar as funções de técnico-adjunto, referencia 11, escalão A, do quadro de Pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna, com efeito a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

**Extracto do despacho nº 1617/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna:

De 30 de Novembro 2012:

Por conveniência de serviço, é dada por finda, a comissão ordinária de serviço, de Luís António Ramos Veiga, no cargo de Delegado dos Transportes Rodoviários na Ilha do Fogo, nos termos do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, com efeitos a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

**Extracto do despacho nº 1618/2012.** – De S. Ex.ª a Ministra da Administração Interna:

De 30 de Novembro 2012:

Ao abrigo da alínea c) do nº 6 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, a seu pedido, é dada por finda, a comissão ordinária de serviço, do técnico superior de primeira, referência 14, escalão D, Adriano Manuel Inocêncio, do quadro do pessoal da Direcção Geral dos Transportes Rodoviários do Ministério da Administração Interna, no cargo de Delegado dos Transportes Rodoviários na Ilha de São Vicente, com efeitos a partir da Publicação no *Boletim Oficial*.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Administração Interna, na Praia, aos 11 de Dezembro de 2012. – Pel' A Directora-Geral, *Ana Paula Costa*.

—oço—

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral de Administração

**Extracto do despacho nº 1619/2012.** – De S. Ex.ª o Ministro da Justiça:

De 19 de Junho de 2012:

Ana do Nascimento Miranda, candidata aprovada em concurso de oficiais 4.º ajudante, nomeada, em substituição da Oficial 4º Ajudante, Maria Vieira Fernandes, para exercer as funções de

oficial 4.º ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 25.º do Decreto-Legislativo n.º 12-B/97, de 30 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009, de 30 de Novembro, ficando colocada na Conservatória e Cartório dos Registos e Notariado da Região de Santa Catarina.

**Extracto do despacho n.º 1620/2012.** – De S. Ex.ª o Ministro da Justiça:

De 19 de Junho de 2012:

Claudia Celeste Vaz Pereira, candidata aprovada em concurso de oficiais 4.º ajudante, nomeada, em substituição da oficial 4.º ajudante, Carla Monteiro Varela, para exercer as funções de oficial 4.º ajudante, referência 1, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, do Ministério da Justiça, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o artigo 25.º do Decreto-Legislativo n.º 12-B/97, de 30 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009, de 30 de Novembro, ficando colocada na Conservatória dos Registos Cíveis da Praia.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na rubrica 02.01.01.02 – Pessoal do quadro, da Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 4 de Dezembro de 2012).

**Extracto do despacho n.º 1621/2012.** – De S. Ex.ª o Ministro da Justiça:

De 26 de Junho de 2012:

Tirza Francisca Pires Fernandes, oficial conservadora de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, colocada na Conservatória dos Registos de São Vicente, ora desempenhando as funções de Conservadora Adjunta, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservador chefe de nível I, na Conservatória do Registo Civil de São Vicente, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Anilda Pereira da Veiga, Oficial Conservadora de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora colocada na Conservatória dos Registos Centrais, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível I, dos Registos Centrais da Região de 1.ª Classe da Praia, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Ana Teresa Ortet Lopes Afonso, oficial conservadora de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora colocada na Conservatória do Registo Civil da Praia, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível I na Conservatória do Registo Civil de 1.ª Classe da Praia, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Denisia Almeida do Rosário da Graça, oficial conservadora notaria de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora colocada na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe da Boavista, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de Conservadora chefe de nível I na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Região de 1.ª classe da Praia, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo

dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Bernardino Hopffer Cordeiro Almada, oficial notário de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora colocado na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe do Tarrafal de Santiago, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de notário chefe de nível I no 2.º Cartório Notarial da Região de 1.ª classe da Praia, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Rita de Carvalho Oliveira Ramos, oficial conservadora de 3.ª classe referência 6, escalão B, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo, em comissão ordinária de serviço, as funções de Notária Chefe de nível I do 2.º Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível I na Conservatória do Registo Predial da Região de 1.ª Classe da Praia, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse;

Emiliana Maria Silva Branco, oficial conservador de 3.ª classe referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora desempenhando, em comissão ordinária de serviço, as funções de Conservadora dos Registos Centrais, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de notária chefe de nível I do 1.º Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 3 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse;

Joselene Safira do Souto Andrade Gomes, oficial notário de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo, provisoriamente, as funções de Oficial Notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocada no 1.º Cartório Notarial da Praia, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível 2 na Conservatória e Cartório Notarial da Região de 2.ª classe de Santa Cruz, ao abrigo das disposições conjugadas nos art.º 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Eneida Silva Dias da Fonseca, oficial notário de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo provisoriamente, as funções de Oficial Notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocada na conservatória Registo Civil da Praia, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível 2 na Conservatória e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe do Tarrafal, ao abrigo das disposições conjugadas nos art.º 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Luciano Duarte da Silva, oficial notário de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo provisoriamente, as funções de Oficial Notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocado no 2.º Cartório Notarial da Praia, nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível 2 na Conservatória e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe do Porto Novo, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do

quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Jacilene Romi Fortes Lopes, oficial notário de 3.ª classe, referencia 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo provisoriamente, as funções de Oficial Notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível 2 na Conservatória e Cartório Notarial da Boa Vista, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigo 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Carla Monteiro Varela, oficial notária de 3.ª classe, referencia 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo provisoriamente, as funções de Oficial Notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocada no segundo Cartório Notarial da Praia nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora chefe de nível 2 na Conservatória e Cartório Notarial do Maio, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigo 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Manuel do Rosário Delgado Dias, oficial notário de 3.ª classe, referencia 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, exercendo, provisoriamente, as funções de Oficial Notário de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocado no Cartório Notarial 1.ª Classe de São Vicente nomeado, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de Conservador Chefe de Nível 2 na Conservatória e Cartório Notarial da Ribeira Brava, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigo 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Maria Vieira Fernandes, oficial notária de 3.ª classe, referencia 6, escalão A, do quadro privativo da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, ora exercendo provisoriamente, as funções de Oficial Notária de 3.ª classe, referência 6, escalão A, do quadro do pessoal privativo dos Registos, Notariado e Identificação, colocada no primeiro Cartório Notarial da Praia nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de conservadora adjunta de nível 2, na Conservatória dos Registos do Sal, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigo 4.º n.º 5 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina, oficial notário de 3.ª classe, referencia 6, escalão A, exercendo na Conservatória e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe do Fogo, nomeado, para, em regime de acumulação, desempenhar o cargo de conservador chefe de nível 2, na Conservatória e Cartório Notarial da Brava, ao abrigo das disposições conjugadas nos artigo 4.º n.º 4 e 16.º n.º 1 e 5 do estatuto de pessoal do quadro privativo dos Registos, Notariado e Identificação, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 12-B/97 de 30 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2002, de 3 de Junho, com efeitos a partir da data de posse.

A presente proposta de nomeação produz efeitos a partir da data do despacho, independentemente do visto do Tribunal de Contas e publicação no *Boletim Oficial*, nos termos do disposto no artigo 8.º n.º 1 alínea a) e n.º 2 do Decreto-Lei n.º 46/89 de 26 de Junho.

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na classificação económica 03.01.01.02. – pessoal do quadro do Orçamento da Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação do Ministério da Justiça – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 5 de Dezembro de 2012).

Direcção de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 7 de Dezembro de 2012. – O Director, *Filipe de Carvalho*.

## MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA

### Instituto de Estradas

#### Contrato de trabalho n.º 16/2012.

Lenira Elisângela Ferreira Mendes da Costa, é contratado por tempo indeterminado nos termos da alínea b) do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 5/2005, de 24 de Janeiro, retificada em 18 de Abril do mesmo ano, para exercer as funções de técnico médio, nível 101 do Instituto de Estradas, com efeitos a partir da data desta publicação.

A despesa tem cabimentação na rubrica 02.01.01.01.03 do orçamento vigente do Instituto de Estradas financiado pelo Orçamento do Estado 2012. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Dezembro de 2012).

Instituto de Estradas, na Praia, aos 10 de Dezembro de 2012. – O Presidente, *Manuel Carvalho*

—oço—

## MINISTÉRIO DA JUVENTUDE, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

### Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto do despacho conjunto n.º 1622/2012.** – De S. Ex.ªs as Ministras da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e da Educação e Desportos:

De 22 de Novembro de 2012:

É dada por finda, a seu pedido, a requisição de Sabino Tavares Correia, professor do ensino básico, referência 9, escalão A, do quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação e Desportos de Santa Cruz, no cargo de Coordenador do Centro de Emprego e Formação Profissional de Pedra Badejo, com efeitos a partir da data da publicação.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, na Praia, aos 30 de Novembro de 2012. – O Director-Geral *Silvino Pires Amador*.

—oço—

## MINISTÉRIO DO TURISMO, INDÚSTRIA E ENERGIA E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

### Gabinetes dos Ministros

#### Despacho conjunto n.º 14/2012

Tendo:

A sociedade “C-RIDERS, LDA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de instalação a favor do projeto turístico com o mesmo nome, a instalar-se na cidade de Santa Maria, ilha do Sal, Cabo Verde;

Por se tratar de:

- Um investimento estimado na ordem dos 68.818.018\$00 (sessenta e oito milhões, oitocentos e dezoito mil e dezoito escudos ECV) e que irá criar 8 (oito) postos de trabalho direto;
- Um projeto que irá contribuir para o aumento da oferta turística e diversificação de serviços de animação turística e recreio náutico;

- Um projeto que vai de encontro à política nacional traçada para o sector do Turismo, no que toca ao tipo e nível dos serviços.

Decidimos,

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de instalação ao empreendimento turístico denominado “C-RIDERS LDA”, nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de Janeiro.

Gabinete do Ministro do Turismo, Indústria e Energia e Ministra das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 24 de Outubro de 2012. – Os Ministro, *Humberto Brito e Cristina Duarte*.

### Despacho conjunto n.º 15/2012

A sociedade unipessoal “CALDERA PRETA LDA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de instalação a favor do projecto turístico denominado “CALDERA PRETA LDA”, a instalar, nos Espargos - ilha do Sal; Cabo Verde;

Por se tratar de:

- Um investimento estimado na ordem dos 6.000.000\$00 ECV (seis) milhões, de escudos cabo-verdianos) e que irá assegurar 7 (sete) postos de trabalho direto;
- Um projecto que vai contribuir para a oferta dos serviços de restauração, diversão e animação turístico/cultural na Ilha do Sal;
- Um projecto que vai de encontro à política nacional traçada para o sector do Turismo, no que toca ao tipo e nível dos serviços.

Decidimos,

Atribuir o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação ao empreendimento turístico denominado “CALDERA PRETA LDA”, nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei n.º 55/VI/2005, de 10 de Janeiro.

Gabinete do Ministro do Turismo, Indústria e Energia e Ministra das Finanças e do Planeamento, na Praia, aos 30 de Novembro de 2012. – Os Ministro, *Humberto Brito e Cristina Duarte*.

## PARTE D

### TRIBUNAL DE CONTAS

#### Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros

**Extracto do despacho n.º 1623/2012.** – De S. Ex.ª o Presidente do Tribunal de Contas:

De 26 de Novembro 2012:

Marta Moreira Lopes Neves, auditora geral, referência 15, escalão C, nomeada para exercer em comissão ordinária de serviço, as funções

de Directora dos Serviços Técnicos do Tribunal de Contas, nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 2 e 3 do artigo 3º, n.º 1 do artigo 4º, n.ºs 2 e 3 do artigo 6º, todos do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Legislativo n.º 4/98, de 19 de Outubro e em conjugação com o disposto no n.º 1, artigo 39º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita na rubrica - 02.01.01.01.02 - Pessoal do Quadro do orçamento em execução do Tribunal de Contas. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Dezembro de 2012).

Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Tribunal de Contas, na Praia, aos 10 de Dezembro de 2012. – A Directora, *Rosa Iolanda Carvalho Silva Fortes*.

## PARTE G

### MUNICÍPIO DA BOA VISTA

#### Câmara Municipal

**Extracto de despacho n.º 1624/2012** – De S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista:

De 14 de Novembro de 2012:

Elisabeth Cabral Tavares Ferreira, licenciada em ciências sociais, nomeada em comissão de serviço, para exercer as funções de assessora do Presidente da Câmara Municipal da Boa Vista, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 2012.

Câmara Municipal da Boa Vista, aos 16 de Novembro de 2012. – A Secretária Municipal, *Irlandina Livramento Ramos Duarte*.

o

### MUNICÍPIO DE SÃO FIIFE

#### Câmara Municipal

**Deliberação n.º 103/2012.**

A Câmara Municipal de São Filipe reunida na sua 13ª reunião ordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2012, no salão nobre do

Paços do Concelho, após a apresentação da proposta pelo seu Presidente tomou a seguinte:

Nomear, José Pedro Vieira Pina Gonçalves, licenciado em economia e gestão, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal de São Filipe, nos termos conjugados dos artigos 112º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho e alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 5/98, de 9 de Março, com efeitos a partir da data de publicação no *Boletim Oficial*.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 03.01.01.03- pessoal contratado do orçamento municipal para o ano económico de 2012. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 4 de Dezembro de 2012).

**Despacho n.º 1625/2012** – De S. Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de São Filipe:

De 1 de Outubro de 2012:

Manuel Salvador Fernandes Delgado, habilitado com a carta de condução ligeiro profissional, nomeado para nos termos conjugados dos artigos 17º n.º 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 26/2001 de 18 de Julho e artigo 108º n.º 1 e 2 da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho, exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de condutor-auto do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe, com efeitos a partir da data de assinatura do referido despacho.

**Despacho conjunto nº 1626/2012.** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal de São Filipe e S. Ex<sup>a</sup> a Ministra das Finanças e do Planeamento:

De 30 de Outubro de 2012:

Luís Silva Barros Alves, técnico verificador tributário, referência 11, escalão A, do quadro da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças e do Planeamento, requisitado para exercer o cargo de assessor do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe – Ilha do Fogo, nos termos do nº 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho conjugado com o artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2012.

Câmara Municipal de São Filipe, aos 15 de Novembro de 2012. – O Secretário Municipal, *Mário Vieira Barros*.

—oço—

## MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SÃO NICOLAU

### Câmara Municipal

**Extracto de despacho nº 1627/2012** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau:

De 5 de Outubro de 2012:

Chila Rosi Silva Andrade, técnica superior, referência 14, escalão C, do quadro definitivo do pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau, dada por finda a comissão ordinária de serviços nas funções de Secretaria Municipal, que havia sido nomeada conforme a publicação no *Boletim Oficial* nº 20 de 19 de Maio de 2010, com efeito a partir do dia 1 de Outubro de 2012.

**Extracto de despacho nº 1628/2012** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau:

De 5 de Outubro de 2012:

Chila Rosi Silva Andrade, técnica superior, referência 14, escalão C, do quadro definitivo do pessoal da Câmara Municipal do Tarrafal

de São Nicolau, pós-graduada em auditoria interna operacional e financeira, nomeada para exercer em comissão de serviços as funções de Chefe de Divisão, no Departamento de Serviços de Contabilidade, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Legislativo 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o artigo 40º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho, com efeito a partir de 1 de Outubro de 2012.

Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau, aos 5 Outubro de 2012. – A Secretária Municipal, *Chila Rosi Silva Andrade*.

—oço—

## MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

### Assembleia Municipal

**Deliberação nº 104/2012.**

A Assembleia Municipal de São Vicente reunida em sessão extraordinária, realizada a 28 de Setembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal de São Vicente, deliberou, aprovar com catorze (14) votos a favor das bancadas do MPD e da UCID, sete (7) votos contra da bancada do PAICV e zero (0) abstenções a Proposta de profissionalização dos vereadores:

#### a) Em regime de tempo inteiro

Humberto Elísio Lélis Sousa Duarte;

Rodrigo Regalia Rendall de O. Martins;

Lídia Cristina Brito Lima.

#### b) Em regime de meio tempo

Manuel Januário da Luz;

Anildo Fernando Fortes.

Assembleia Municipal de São Vicente, aos 28 de Setembro de 2012. – A Presidente, *Maria Celeste Fonseca*.

## PARTE I 1

### MINISTÉRIO DA SAÚDE

#### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

##### Anúncio de concurso nº 52/2012

O Ministério da Saúde, através da Direcção Geral de Farmácia e do Medicamento, faz público que ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 34/2007, de 24 de Setembro, conjugado com a portaria nº 32/2007, de 15 de Outubro, se encontra aberto, por um prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial*, concurso público para licenciamento de 1 (uma) farmácia na cidade de Santa Maria, ilha do Sal.

#### 1. Requisitos de candidatura

Constituem requisitos de candidatura, além dos constantes da lei geral para a autorização de abertura de novas farmácias e o respectivo processo de licenciamento, os seguintes:

- Requerimento de candidatura formalizado nos termos do disposto no nº 2 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 34/07, de 24 de Setembro e dirigido à Directora Geral de Farmácia e do Medicamento, contendo dados relativos à identificação dos concorrentes, à sua residência actual, à sede social, o respectivo número de identificação fiscal, e actividades específicas a serem incluídas no licenciamento,

nomeadamente a produção de medicamentos manipulados e o seu fraccionamento;

- Toda documentação referida no nº 3, alíneas a) à f) do artigo 12º do diploma legal atrás citado, a seguir indicada:

- Curriculum Vitae do Director Técnico e respectivos documentos comprovativos;
- Fotocópia do Bilhete de Identidade do concorrente ou de todos os sócios da sociedade concorrente;
- Certificado de registo criminal do farmacêutico e de todos os sócios, pessoas singulares, da sociedade concorrente;
- No caso de o concorrente ser uma sociedade, certificado de existência legal das sociedades sócias dessa sociedade concorrente;
- Pacto social ou estatutos da sociedade concorrente; e
- Atestado de residência do director técnico do qual conste o tempo de residência, se for o caso, no conselho onde vai ser instalado a farmácia.

#### 2. Entrega das candidaturas

As candidaturas acompanhadas da documentação exigida nas alíneas a) e b) do ponto 1 deste anúncio, encerradas em envelope lacrado, podem ser entregues na Direcção Geral de Farmácia e do Medicamento – Ministério da Saúde, Palácio do Governo, ou remetidas pelo correio registado e com aviso de recepção, através da Caixa Posta nº 47 – Praia, tomando-se como data da entrega, neste último caso, a data do carimbo dos Correios de Cabo Verde.

Ao abrigo de Decreto-Lei n.º 39/2008, de 24 de Novembro, os candidatos devem no acto da entrega das candidaturas procederem ao pagamento de uma taxa relativa a análise das candidaturas ao concurso no valor de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos).

### 3. Exclusão de candidaturas

Serão excluídas as candidaturas que derem entrada fora do prazo estabelecido neste anúncio ou em cujo processo se regista falta, deficiência ou irregularidade dos documentos exigidos.

Não serão aceites requerimentos de candidatura que não estejam redigidos em língua portuguesa ou contenham emendas, rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas.

### 4. Incompatibilidades

Nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 34/07, de 24 de Setembro, não podem participar do concurso as seguintes entidades e profissionais:

- Os profissionais de saúde prescritores de medicamentos;
- As empresas da indústria farmacêutica;
- As empresas de distribuição grossista de medicamentos;
- As empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde;
- Os subsistemas que participam no preço de medicamentos;
- Os indivíduos que exerçam funções de direcção ou gestão nas empresas ou instituições referidas na alíneas b) a e).

### 5. Critérios de classificação dos candidatos

Constituem critérios de classificação dos candidatos os seguintes:

- A experiência profissional do director técnico, no sector público ou privado e em farmácia hospitalar ou de oficina;
- Formação contínua e comprovada do director técnico na área farmacêutica e em outras áreas relevantes para a sua profissão;
- Residência do director técnico no concelho onde vai ser instalada a farmácia.

### 6. Júri do concurso

O Júri do concurso tem a seguinte composição:

#### a) Presidente:

Dra. Ângela Silvestre – Directora-Geral da Farmácia e do Medicamento

#### b) Vogais:

Dr. Tomás Valdez – Médico, Presidente da região sanitária de Santiago Norte

Dr. Eduardo Tavares – Técnico da Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêuticos e Alimentares

#### c) Vogais Suplentes:

Dra. Sandra Andrade – Assessora jurídica da DGPOG

Dra. Ester Gonçalves – Farmacêutica responsável pela Farmácia do Estado na Praia

### 7. Competências do júri

São as seguintes as competências do Júri, entre outras previstas na lei:

- Apreciar a regularidade dos processos da candidatura;
- Proceder à admissão e exclusão dos concorrentes;
- Elaborar a lista dos concorrentes admitidos e excluídos;
- Proceder à classificação final dos candidatos bem como à sua ordenação na lista de classificação final.
- Submeter a lista de classificação final do concorrente à atribuição de alvará para abertura de farmácia à S. Ex.ª Ministra Adjunta e da Saúde para homologação.

### 8. Legislação subsidiária

Em tudo quanto não venha especialmente previsto no presente regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, a legislação vigente sobre concursos.

Direcção-Geral de Farmácia e do Medicamento, na Praia, aos 4 de Dezembro de 2012. – A Directora-Geral, *Ângela Silvestre*

—oço—

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Gabinete do Ministro

#### Anúncio de concurso n.º 53/2012:

Ao abrigo da competência conferida pelo n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 51/2009, de 30 de Novembro e;

Em conformidade com o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 10/93, de 8 de Março, determina-se a composição do Júri constante do quadro anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante, para que, em consonância com artigo 49.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, efectuar-se um concurso externo, para preenchimento de duas vagas de técnico superior, referência 13, escalão A, na Direcção Nacional da Defesa e no Centro de Estudos de Defesa Nacional em estrito respeito aos requisitos legais de ingresso na Administração Pública e aos princípios referidos no n.º 2 do artigo 52.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho.

#### Composição do Júri

#### Presidente:

António Jorge Rocha.

#### Vogais:

Faustino Monteiro Varela; e

Jesus José Pina Correia

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, na Praia, aos 14 de Novembro de 2012. – O Director de Gabinete, *Amílcar Silveira Pires*.



## II SÉRIE BOLETIM OFICIAL

Registo legal, n.º 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: [www.incv.cv](http://www.incv.cv)



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: [kioske.incv@incv.cv](mailto:kioske.incv@incv.cv) / [incv@incv.cv](mailto:incv@incv.cv)

**I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 8/2011, de 31 de Janeiro.**



# BOLETIM OFICIAL

## ÍNDICE

### PARTE J

#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

##### *Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:*

##### **Extracto publicação de sociedade nº 497/2012:**

Certificando um registo de transmissão, resultante de cessão de quotas da sociedade comercial por quotas denominada "IL GUSTO, LDA".....358

##### **Extracto publicação de sociedade nº 498/2012:**

Certificando um registo de transmissões, divisão e unificação de quotas, alteração do objecto, renúncia e nomeação de gerência da sociedade denominada "FISIOTERAPIA KOSMO, LDA" .....359

##### **Extracto publicação de sociedade nº 499/2012:**

Certificando uma sociedade comercial firma "PEREIRA & MONTEIRO. LDA".....359

##### **Extracto publicação de sociedade nº 500/2012:**

Certificando um registo de mudança da sede e nomeação de órgãos sociais da sociedade denominada "CABO VERDE FAST FERRY, S.A.".....360

##### **Extracto publicação de sociedade nº 501/2012:**

Certificando uma sociedade comercial firma "MICOTEC ELECTRÓNICA LDA".....360

##### **Extracto publicação de sociedade nº 502/2012:**

Certificando um averbamento e uma inscrição da sociedade comercial anónima denominada "TECNICIL TRADING, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.".....360

##### **Extracto publicação de sociedade nº 503/2012:**

Certificando um registo de alteração do pacto social, da sociedade comercial anónima denominada "MANUEL GOMES DOS ANJOS & FILHOS, S.A.".....361

##### **Extracto publicação de sociedade nº 504/2012:**

Certificando uma sociedade comercial, firma "SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – SOFHIS GERE, S.A.".....361

<b>Extracto publicação de sociedade nº 505/2012:</b>	
Certificando um registo de mudança da sede, destituição e nomeação da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “VESTAS CV, LDA” .....	361
<b>Extracto publicação de sociedade nº 506/2012:</b>	
Certificando o registo de transmissões, resultante de cessões, divisão e unificação de quotas, alteração do objecto, renúncia e nomeação de gerência da sociedade comercial denominada “FISIOTERAPIA KOSMO, LDA” .....	362
<b>Extracto publicação de sociedade nº 507/2012:</b>	
Certificando um averbamento de recomposição da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “POLINERTES – SOCIEDADE PRODUTORA DE INERTES, LDA” .....	362
<b>Extracto publicação de sociedade nº 508/2012:</b>	
Certificando um registo de transmissão e nomeação da gerência, na sociedade comercial por quotas denominada “POLIGRUPPO, LDA” .....	362
<b>Extracto publicação de sociedade nº 509/2012:</b>	
Certificando uma sociedade comercial firma “CARLOS CARVALHO – IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO GERAL, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA” .....	363
<b>Extracto publicação de sociedade nº 510/2012:</b>	
Certificando um registo de transmissões, e unificações de quotas e alteração da gerência da sociedade comercial denominada “TRIPÉ IMOBILIÁRIA, LDA” .....	363
<b>Extracto publicação de sociedade nº 511/2012:</b>	
Certificando a alteração do artigo 3º do Estatuto da sociedade “HOME DEPOT, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal LIMITADA” .....	363
<b>Extracto publicação de sociedade nº 512/2012:</b>	
Certificando um registo da sociedade “HOME GOODS - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal, LIMITADA” .....	364
<b>Extracto publicação de sociedade nº 513/2012:</b>	
Certificando um registo de divisão, cessão de quotas e alteração do objecto social, da sociedade denominada “TOP EXCURSION LDA” .....	364
<b>Extracto publicação de sociedade nº 514/2012:</b>	
Certificando um averbamento de alteração de forma de obrigar da sociedade por quotas denominada “ITAL INGROSS, LDA” .....	365
<b>Extracto publicação de sociedade nº 515/2012:</b>	
Certificando um averbamento de alteração da firma e objecto social da sociedade comercial a firma “IMO-MAIO, LDA” .....	365
<b>Extracto publicação de sociedade nº 516/2012:</b>	
Certificando um averbamento da alteração do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “ELEVATOR COMPANY, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.” .....	365

## PARTE J

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

#### Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

##### Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia

###### Extracto publicação de sociedade nº 497/2012:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

###### EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissão, resultante de cessão de quotas da sociedade comercial por quotas denominada “IL GUSTO, LDA”, com sede na Avenida Cidade de Lisboa – Cidade da Praia e o capital social de 27.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1889/2005/10/10.

CEDENTE: Adrea Capello.

Estado civil: casado no regime de separação de bens com Viviana Fernandes do Rosário.

Residência: Itália.

QUOTA DIVIDIDA: 26.730.000\$00.

QUOTA TRANSMITIDA: 8.910.000\$00.

CESSIONÁRIO: Gianfranco Marcolin.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Achada Santo António – Cidade da Praia.

Artigo alterado: 4.º.

Termos da alteração:

CAPITAL: 27.000.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

Andrea Capello, 17.820.000\$00.

Gianfranco Marcolin, 8.910.000\$00.

Gianfranco Marcolin, 270.000\$00.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 28 de Agosto de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 498/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissões, resultante de cessões, divisão e unificação de quotas, alteração do objecto, renúncia e nomeação de gerência da sociedade comercial por quotas denominada “FISIOTERAPIA KOSMO, LDA”, com sede na Rua Figueira da Foz, n.º 5, R/C, Achada Santo António- – Cidade da Praia e o capital social de 1.500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2898/2008/12/18.

CEDENTE: Henrique Hilariano Rodrigues Pires.

Estado civil: divorciado.

Residência: Terra Branca – Cidade da Praia.

Nif: 108077993.

QUOTA TRANSMITIDA: 750.000\$00.

CESSIONÁRIA: Sandra Helena Barbosa Gonçalves.

Estado civil: solteira, maior.

Residência: Terra Branca – Cidade da Praia.

Nif: 110668065.

RENÚNCIA da gerência do sócio Henrique Hilariano Rodrigues Pires, com efeitos no dia 1 de Agosto de 2012.

Artigo alterado: 5.º.

Termos da alteração:

CAPITAL: 1.500.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

Sandra Helena Barbosa Gonçalves, 750.000\$00.

Sandra Helena Barbosa Gonçalves, 750.000\$00.

CEDENTE: Sandra Helena Barbosa Gonçalves, atrás identificada

QUOTA DIVIDIDA: 750.000\$00.

QUOTAS TRANSMITIDAS: 15.000\$00 + 750.000\$00.

CESSIONÁRIO: Antero Teixeira.

Estado civil: divorciado.

Residência: Palmarejo – Cidade da Praia.

Nif: 123361060.

QUOTAS UNIFICADAS: 15.000\$00 + 750.000\$00.

QUOTA RESULTANTE: 765.000\$00.

RENÚNCIA da gerência da sócia Sandra Helena Barbosa Gonçalves, com efeitos no dia 2 de Outubro de 2012.

Artigos alterados: 4.º, 5.º e 6.º.

Termos das alterações:

OBJECTO: A gestão de um centro de fisioterapia e de reabilitação físico-motora e consultas médicas.

CAPITAL: 1.500.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

Antero Teixeira, 765.000\$00.

Sandra Helena Barbosa Gonçalves, 735.000\$00.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio Antero Teixeira.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 19 de Outubro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 499/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “PEREIRA &amp; MONTEIRO. LDA”.

SEDE: 1. Palmarejo, Cidade da Praia.

2. A sociedade poderá abrir delegações, sucursais, filiais e outras formas de representação em qualquer parte do país ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

a) O comércio geral de importação de géneros alimentícios, bebidas, artigos de higiene e limpeza, fertilizantes e sementes, produtos de madeira e seus derivados, materiais e mobiliários de escritórios, electrodomésticos e equipamentos electrónicos, todos por grosso e a retalho, materiais e/ou máquinas e/ou equipamentos para construção civil, fornecimento, montagem de equipamentos de frio, climatização, energias renováveis, equipamentos industriais, de hotelaria, de agricultura e pesca, veículos automóveis ligeiros, pesados, reboques, tractores e máquinas industriais, motociclos, peças e acessórios e motores auto, embarcação e acessórios de pesca, motor naval e seus acessórios, exportação, reexportação e distribuição dos mesmos produtos;

b) A comercialização, distribuição, compra, venda e permuta de veículos automóveis, motociclos, acessórios e motores peças auto.

c) Mediação imobiliária, compra, venda, permuta e arrendamento de imóveis;

d) A prestação de serviços de rent-a-car, aluguer de veículos automóveis e/ou motociclos, embarcação de pesca, jet-ski, com e/ou sem condutor, equipamentos de mergulho e pesca desportiva;

e) Representações.

CAPITAL: 500.000\$00, realizado em dinheiro.

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 250.000\$00.

TITULAR: António José Santos Pereira.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo – Cidade da Praia.

Nif: 165546476.

QUOTA: 250.000\$00.

TITULAR: Paulo Jorge da Silva Monteiro.

Estado civil: divorciado.

Residência: Condomínio Ondas do Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia.

Nif: 152316230.

GERÊNCIA: Exercida pelos sócios António José Santos Pereira e Paulo Jorge da Silva Monteiro.

FORMA DE OBRIGAR: Com as assinaturas conjunta dos gerentes ou de um procurador devidamente mandatado.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 29 de Novembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 500/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de mudança da sede e nomeação de órgãos sociais da sociedade comercial anónima denominada “CABO VERDE FAST FERRY, S.A.”, com sede em Achada Santo António Cidade da Praia e o capital social de 110.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2792/2008/07/21.

Artigos alterados: 2.º, 14.º e 19.º.

Termos das alterações:

SEDE: 1. Rua Andrade Corvo, n.º 35- 2.º andar – Praia.

2. O conselho de administração pode deslocar a sede social para qualquer outra ilha ou localidade de Cabo Verde.

3. O conselho de administração pode também estabelecer delegações, agências, sucursais, filiais ou outras formas de representação em quaisquer locais do território nacional ou no estrangeiro.

Conselho de administração:

Presidente: Paiva Jorge do Rosário.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo – Praia.

Nif: 101903766.

Vogais:

Nelson Gee Gregor.

Estado civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo – Praia.

Nif: 120953690.

Aniceto João Silva Soares.

Estado civil: casado.

Residência: Palmarejo – Praia.

Nif: 112303552.

FORMA DE OBRIGAR:

1. A sociedade obriga-se:

a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração e outro administrador, ou mandatário no âmbito dos poderes que lhe tenham sido atribuídos.

b) Pela assinatura conjunta de dois administradores.

c) Pela assinatura do administrador-delegado caso ele exista, nos limites das respectivas competências delegadas.

2. Em actos de mero expediente bastará a assinatura de um dos membros do conselho de administração.

3. O conselho de administração pode deliberar que certos documentos da sociedade sejam assinados por chancela ou por processos mecânicos ou informáticos.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 29 de Novembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 501/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sucursal da sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “MICOTEC ELECTRÓNICA, LDA”.

SEDE: Rua Teles Palhinha lote 10 1D Tagus Space 2740-278 SALVO freguesia de Porto Salvo, concelho de Oeiras.

NIF: 501344608.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

Comercialização e manutenção de aparelhos eléctricos e eletrónicos, e o exercício de actividade de comércio e armamento.

CAPITAL: 250.000,00 Euros, encontrando-se integralmente realizado.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura de um gerente.

Órgãos sociais:

GERÊNCIA:

Joaquim Manuel Nunes Miranda.

Maria da Conceição Nunes Miranda.

FIRMA: “MICOTEC ELECTRÓNICA, LDA” – SUCURSAL

SEDE: Cidade da Praia.

NIF: 265784840.

GERÊNCIA:

Joaquim Manuel Nunes Miranda.

Carlos Tinoco Braga.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 29 de Novembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 502/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento e uma inscrição da sociedade comercial anónima denominada “TECNICIL TRADING, SOCIEDADE UNIPessoal, S.A.”, com sede em Achada Santo António- Cidade da Praia e o capital social de 50.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2275/2007/03/14.

Órgãos sociais:

RENÚNCIA:

Nome: António Joaquim Rocha Mendes Fernandes.

Cargos: Administrador e vogal da mesa da assembleia geral.

Nome: Jorge Benchimol Duarte.

Cargo: Administrador.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 4 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 503/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração do pacto social, da sociedade comercial anónima denominada “MANUEL GOMES DOS ANJOS & FILHOS, S.A.”, com sede na Cidade da Praia e o capital social de 66.100.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 57/1971/03/01.

Artigos alterados: 3.º, 4.º, n.ºs 1 e 2, 16.º, n.º 1 e 21.º, n.ºs 1 e 2.

Termos das alterações:

OBJECTO: 1. O exercício do comércio em geral, indústria ou qualquer outro ramo de negócio, tanto por comissão ou consignação, como por conta própria.

2. A sociedade, no âmbito das suas actividades, poderá ainda exercer a actividade de importação e exportação de materiais e equipamentos relacionados com o seu objecto social.

3. Mediante deliberação do conselho de administração, a sociedade pode adquirir participações em sociedades reguladas por leis especiais, participar em associações e em agrupamentos complementares de empresas, bem como adquirir participações em quaisquer outras sociedades, ainda que com objectos diferentes do seu.

CAPITAL: 66.100.000\$00, dividido em acções de mil escudos cada, podendo ser agrupadas em títulos de dez, cinquenta cem, quinhentos e mil acções.

2. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e existe nos diferentes valores activo, em que se encontram incluídos todos os bens móveis e imóveis, líquido do passivo, da primitiva firma MANUEL GOMES DOS ANJOS & FILHOS, LDA”.

ÓRGÃOS SOCIAIS: A sociedade é gerida por um conselho de administração composto por três Administradores e um suplente, escolhidos de entre os accionistas.

FORMA DE OBRIGAR: 1. A sociedade obriga-se pela assinatura individual do presidente, do administrador delegado e em caso de impedimento destes, pela assinatura de dois Administradores.

2. A sociedade não pode ser obrigada em letras de favor, fianças, abonações e, no geral, em quaisquer actos ou contratos estranhos ao objecto social.

PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL: Exercício de 2011.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 4 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 504/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: 1. SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-SOFHIS GERE, S.A.”

SEDE: Plateau – Cidade da Praia.

2. A qual pode ser transferida, nos termos da Lei, por simples deliberação do conselho de administração.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

A administração, em representação dos participantes, de fundos de investimento imobiliário, gestão de disponibilidade e fundos de outros aforadores designadamente entidades públicas ou privadas.

CAPITAL: 20.000.000\$00, representado por 20.000 acções nominativas com o valor de 1.000\$00 cada uma, que revestirão, ou não, forma escriturai, encontrando-se integralmente realizado em dinheiro.

FORMA DE OBRIGAR:

A Sociedade obriga-se mediante a assinatura de:

- a) Dois membros do conselho de administração, conjuntamente;
- b) Um administrador, quando se trate de matéria em que tal tenha sido deliberado pelo conselho da administração ou que respeite ao exercício de poderes delegados;
- c) Um ou mais procuradores, no âmbito dos respectivos poderes conferidos pelo conselho de administração reunido com a presença de todos os seus membros.

2. Nos actos de mero expediente, será suficiente a intervenção de um administrador.

3. O conselho de administração poderá deliberar, nos termos de dentro dos limites legais, que certos documentos da Sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou chancela.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 5 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 505/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de mudança da sede, destituição e nomeação da gerência e vinculação da sociedade comercial denominada “VESTAS CV, LDA”, com sede na Av. da OUA, n.º 4, 1.º andar – Cidade da Praia e o capital social de 200.000\$00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3230/2011/08/10.

DESTITUIÇÃO da gerência dos senhores Javier Rodriguez Dies e Santiago Castañera Salomón, com efeitos a partir de 6 de Julho de 2012.

Artigos alterados: 1.º, n.º 2, 6.º, n.º 3 e 7.º, n.ºs 1 e 2.

Termos das alterações:

SEDE: Rua Andrade Corvo, n.º 29 2.º Piso, Praia.

GERÊNCIA: Exercida pelos senhores Juan Araluce Martinez Azagra, Thomas Kirk Jepsen e Bárbara Marcenaro.

FORMA DE OBRIGAR: 1. Pela assinatura conjunta de dois gerentes

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em situações pontuais, os gerentes podem delegar poderes em apenas um dos gerentes para vincular a sociedade em temas específicos, contando que o façam por deliberação escrita, em livro de actas ou por instrumento de delegação escrito avulso.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 6 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 506/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de nomeação do mandatário e delegação de poderes da sociedade comercial denominada “AQUA TECHNOLOGIES- INDUSTRIA ÁGUAS, S.A.”, com sede Chã de Areia, Travessa Moinho do Vento-Cidade da Praia e o capital social de 2.500.000\$00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 16842/2010/12/15.

Mandatário:

Nome: Sr. Michael Ernst Paessler.

Residência: Ilha do Sal.

Poderes:

Para gerir os negócios sociais e efectivar as operações relativas ao objecto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, designadamente.

- a) Abrir e movimentar contas bancárias da sociedade;
- b) Ajustar e liquidar contas com devedores e credores, fixando os respectivos saldos;
- c) Cobrar e receber quantias e valores;
- d) Levantar/receber cartas registadas, vales de correio ou telegráficos, encomendas, mercadorias;
- e) Negociar, outorgar (por meio de promessas ou contratos privados ou escrituras públicas) ou por termo (incluindo através de acções judiciais), contratos de qualquer tipo ou natureza, seja qual for o respectivo valor relativos a: arrendamento, contratos de trabalho ou de prestação de qualquer tipo de serviços, linhas de crédito bancárias, públicas ou outras;
- f) Representar a sociedade activa e passivamente, judicialmente ou extra judicialmente, podendo receber citações ou notificações;
- g) Concorrer em concursos públicos ou privados de obras e fornecimentos, preparando, estudando ou aprovando as propostas a apresentar;
- h) Participar em reuniões de outros órgãos da sociedade para as quais venha a ser convocado ou nas quais deva ou possa ter assento podendo, no âmbito da respectiva ordem de trabalhos, apreciar e propor medidas a deliberar pelos accionistas ou membros de outros órgãos sociais;
- i) Liquidar e pagar impostos, taxas, contribuições e/ou reclamar contra os que se mostrem indevidos ou excessivos; receber os títulos de rectificação ou anulação, passar recibos e dar quitação;
- j) Em geral, requerer e praticar todos os actos ou desenvolver todas as diligências necessárias ao bom desempenho do presente mandato junto de quaisquer pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, nomeadamente, Ministérios, Órgãos Municipais ou de Bairro, empresas públicas, Alfândega;
- k) Pagar, cobrar e receber valores da sociedade, podendo receber e dar quitação, devendo substabelecer em Advogado sempre que seja legalmente indispensável a intervenção deste profissional.

Para pagamento de montante relacionados com o exercício do presente mandato, o mandatário pode, além disso, sacar sobre contas bancárias da sociedade, assinando os respectivos cheques ou documento equivalente, nomeadamente, ordens de transferência, até ao limite equivalente a setenta mil (70.000) Euros.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 6 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 507/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de recomposição da gerência e vinculação da sociedade comercial por quotas denominada “POLINERTES – SOCIEDADE PRODUTORA DE INERTES, LDA”, com sede em Pedregal, Achada São Filipe – Cidade da Praia e o capital social de 30.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3105/2010/08/25.

Artigos alterados: 9.º, n.º 2 e 11.º.

Termos das alterações:

FORMA DE OBRIGAR: Com a intervenção de dois gerentes ou por procuradores, dentro dos poderes conferidos pelos gerentes.

GERÊNCIA: Exercida pelos sócios Maria Judite Correia Lopes e António dos Santos Lopes.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 7 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 508/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissão de quotas de 3.500.000\$00, resultante de divisão, unificação, por óbito do sócio Ramiro dos Santos Lopes, a favor da meeira Maria Judite Correia Lopes, viúva e dos herdeiros Isabel Maria Correia Lopes da Costa Jorge, divorciada, Carla Sofia Correia Lopes Lourenço Amaral, viúva e Pedro Samuel Correia Lopes, divorciado, todos residentes na Rua Júlio Dinis, n.º 4, 12.º Esquerdo, Portela, Loures, Portugal e nomeação da gerência, na sociedade comercial por quotas denominada “POLIGRUPO, LDA”, com sede em Pedregal, Achada São Filipe, Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1187/2001/10/10.

Artigos alterados: 4.º, 9.º, n.º 2 e 11.º.

Termos das alterações:

CAPITAL: 5.000.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

Maria Judite Correia Lopes, 3.250.000\$00.

Isabel Maria Correia Lopes da Costa Jorge, 583.334\$00.

Carla Sofia Correia Lopes Lourenço Amaral, 583.333\$00.

Pedro Samuel Correia Lopes, 583.333\$00.

FORMA DE OBRIGAR: Com a intervenção do gerente ou por procuradores, dentro dos poderes conferidos pelo gerente.

GERÊNCIA: Exercida pela sócia Maria Judite Correia Lopes.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 10 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 509/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: “CARLOS CARVALHO – IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO GERAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA”.

SEDE: 1. Achada São Filipe, Cidade da Praia.

2. A sociedade poderá abrir delegações, sucursais, filiais e outras formas de representação em qualquer parte do país ou no estrangeiro.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

## OBJECTO:

- a) O comércio geral de importação de géneros alimentícios, bebidas, artigos de higiene e limpeza, fertilizantes e sementes, produtos de madeira e seus derivados, materiais e mobiliários de escritórios, electrodomésticos e equipamentos electrónicos, todos por grosso e a retalho, materiais e/ou máquinas e/ou equipamentos para construção civil, fornecimento, montagem de equipamentos de frio, climatização, energias renováveis, equipamentos industriais, de hotelaria, de agricultura e pesca, veículos automóveis ligeiros, pesados, reboques, tractores e máquinas industriais, motociclos, peças e acessórios e motores auto, embarcação e acessórios de pesca, motor naval e seus acessórios, exportação, reexportação e distribuição dos mesmos produtos;
- b) A comercialização, distribuição, compra, venda e permuta de veículos automóveis, motociclos, acessórios e motores peças auto;
- c) Mediação imobiliária, compra, venda, permuta e arrendamento de imóveis;
- d) A prestação de serviços de rent-a-car, aluguer de veículos automóveis e/ou motociclos, embarcação de pesca, jet-ski, com e/ou sem condutor, equipamentos de mergulho e pesca desportiva;
- e) Representações.

CAPITAL: 300.000\$00, realizado em dinheiro.

SÓCIO E QUOTA:

QUOTA: 300.000\$00.

TITULAR: Carlos Alberto Tavares Mendes de Carvalho.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Residência: Baixa da Banheira, de passagem por esta Cidade da Praia.

Nif: 152402314.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio Carlos Alberto Tavares Mendes de Carvalho.

FORMA DE OBRIGAR: Com a assinatura do gerente ou de um procurador devidamente mandatado.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 10 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto publicação de sociedade nº 510/2012:**

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissões, resultante de divisão e unificações de quotas e alteração da gerência da sociedade comercial denominada “TRIPÉ IMOBILIÁRIA, LDA”, com sede no Plateau, Cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2725/2008/03/24.

CEDENTE: Pedro Gregório Correia Lopes.

Estado civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Petra Lehmann.

Residência: Cidade da Praia.

QUOTA DIVIDIDA: 1.666.600\$00.

QUOTA TRANSMITIDA: 816.634\$00.

QUOTAS UNIFICADAS: 816.634\$00 + 1.666.700\$00.

QUOTA RESULTANTE: 2.483.334\$00.

CESSIONÁRIA: Jona Cintia Barros Tavares.

Estado civil: solteira, maior.

Residência: Lisboa, Portugal.

QUOTA TRANSMITIDA: 849.966\$00.

QUOTAS UNIFICADAS: 849.966\$00 + 1.666.700\$00.

QUOTA RESULTANTE: 2.516.666\$00.

CESSIONÁRIO: Kuno Herman Bohrer.

Estado civil: casado no regime de comunhão de adquiridos com Eva Maria Bohrer.

Residência: Walldurn, Alemanha.

Artigos alterados: 5.º e 6.º.

Termos das alterações:

CAPITAL: 5.000.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

Jona Cintia Barros Tavares, 2.483.334\$00.

Kuno Herman Bohrer, 2.516.666\$00.

GERÊNCIA: Exercida pelo sócio Kuno Herman Bohrer, que em caso de ausência ou impedimento será substituído pela sócia Jona Cintia Barros Tavares.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, aos 10 de Dezembro de 2012. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

**Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente****Extracto publicação de sociedade nº 511/2012:**

## CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor nº HOME DEPOT, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA;
- c) Que foi requerida pelo nº 7 do diário do dia 20 de Junho do corrente por Marco António Silva;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

## CONTA N.º 723/2012:

Art.º 22º 11.2) .....	200\$00
SOMA .....	200\$00
15% de selo.....	200\$00
SOMA TOTAL .....	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

Alteração do artigo 3º do Estatuto da sociedade “HOME DEPOT, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL LIMITADA” matriculada na Conservatória dos Registos de São Vicente, sob o n.º 1655:

## Artigo 3º

**Objecto social**

Comércio geral, importação e exportação de produtos alimentares, bebidas, materiais de construção e de produtos diversos, comercialização de pneus, lubrificantes, peças autos e acessórios auto, grossista e retalhista.

Indústria de panificação e pastelaria.

Representações.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 4 de Julho de 2012. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

**Extracto publicação de sociedade n.º 512/2012:**

## CERTIFICA

- Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- Que foi extraída das matrículas e inscrições em vigor n.º 1661 – HOME GOODS – Importação, Exportação, Sociedade Unipessoal Limitada;
- Que foi requerida pelo n.º 1 do diário do dia 22 de Agosto do corrente, por Maria da Conceição dos S. Gomes;
- Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva a aposto o selo branco desta Conservatória.

## CONTA N.º 1060/2012:

Art.º 22º 11.2) .....	200\$00
SOMA .....	200\$00
15% de selo .....	200\$00
SOMA TOTAL .....	400\$00

São: (quatrocentos escudos).

**CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL UNIPESSOAL POR QUOTAS**

Pelo presente documento particular, outorga nos termos do artigo n.º 110 n.º 1 do Código das Empresas Comerciais:

Maria da Conceição dos Santos Gomes, NIF: 126641463, divorciada, natural e residente nesta cidade do Mindelo, titular do Bilhete de Identidade n.º 266414, emitido pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, em 22/08/2012, constituiu uma sociedade comercial unipessoal por quotas que se regerá nos termos e nas condições seguintes:

## Artigo 1º

A sociedade adopta a denominação “HOME GOODS - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA”, NIF: 265502373.

## Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede em Madeiralzinho – Mindelo, Ilha de São Vicente, podendo ser mudada para outro local, bem como criar delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer outro ponto do território nacional ou no estrangeiro, por simples deliberação da gerência.

## Artigo 3º

A sociedade tem por objecto comércio geral, importação, exportação de produtos alimentares, bebidas, materiais de construção e de produtos diversos, comercialização de pneus, lubrificantes, peças autos e acessórios auto, grossista e retalhista, panificação, pastelaria e representações.

## Artigo 4º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

## Artigo 5º

O capital social da sociedade é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), integralmente subscrito e realizado em dinheiro e pertence à sócia única Maria da Conceição dos Santos Gomes, NIF: 126641463, divorciada, natural e residente nesta cidade do Mindelo.

## Artigo 6º

A gerência e administração e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente é confiada à sócia única Maria da Conceição dos Santos Gomes que desde já é nomeada gerente com dispensa de caução, podendo nomear procuradores, nos termos do artigo 323º do Código das Empresas Comerciais, obrigando a sociedade com a sua assinatura.

## Artigo 7º

A sociedade não se obriga em contratos, fianças, abonações, letras de favor ou quaisquer actos e documentos estranhos aos seus fins sociais, sendo da responsabilidade pessoal de quem o fizer, os prejuízos que daí advierem para a sociedade.

## Artigo 8º

Os balanços são feitos anualmente, encerrado a trinta e um de Dezembro do respectivo ano e devendo ser apresentados até trinta e um de Março do ano subsequente.

## Artigo 9º

O ano social é o ano civil.

## Artigo 10º

A distribuição dos lucros líquidos será feita conforme deliberação do sócio único, após constituição das reservas legais obrigatórias.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 22 de Agosto de 2012. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe da Boa Vista****Extracto Publicação de Sociedade n.º 513/2012**

A CONSERVADORA: JACILENE ROMI FORTES LOPES

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de divisão,

cessão de quotas e alteração do objecto social, da sociedade por quotas denominada “TOP EXCURSION LDA” com sede em Sal Rei-Boa Vista com o capital de 5.000.000\$00, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº 1929720110608.

CEDENTE: Valter Savalli, casado com Antronella Maria Mursa em separação total de bens, residente em Sal Rei-Boa Vista.

QUOTA DIVIDIDA: 2.500.000\$00

QUOTA CEDIDA: 750.000\$00

CESSIONARIO: Enrico Legger, solteiro, maior, natural da Itália, residente Cidade de Sal Rei-Boa Vista

CEDENTE: Giovanni Lenarduzi, divorciado, natural da Itália, residente em Sal Rei-Boa Vista

QUOTA DIVIDIDA: 2.500.000\$00

QUOTA CEDIDA: 750.000\$00

CESSIONARIO: Enrico Legger, já identificado.

QUOTA UNIFICADAS: 750.000\$00+750.000\$00

QUOTA RESULTANTE: 1.500.000\$00.

TITULAR INSCRITO: Enrico Legger.

Artigos alterados 3º e 4º

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto o aluguer de veículos automóveis e motocicletas em geral, actividades dos operadores turísticos, comércio de automóveis, motos, moto quatro, comércio a retalho de peças e acessórios, manutenção e reparação de veículos diversos, comércio a retalho de vestuários e acessórios.

Artigo 4º

Capital é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos) e distribuído da seguinte forma:

Valter Savalli .....1.750.000\$00

Giovanni Lenarduzi .....1.750.000\$00

Enrico Legger. ....1.500.000\$00

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 17 de Agosto de 2012. – A Conservadora, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Extracto publicação de sociedade nº 514/2012**

A CONSERVADORA: JOÃO ALESSANDRO SANTOS MARQUES BARBOSA AMADO

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração de forma de obrigar da sociedade por quotas denominada “ITAL INGROSS, LDA”, com sede em Sal Rei-Boa Vista, com o capital de 500.000\$00, matriculada na Casa do Cidadão sob o nº2183920121029.

FORMA DE OBRIGAR: Pela assinatura de qualquer um dos sócios gerentes.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista, aos 21 de Novembro de 2012. – O Conservador p/s, *João Alessandro Santos Marques Barbosa Amado*.

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Maio**

**Extracto Publicação de Sociedade nº 515/2012**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CARLA MONTEIRO VARELA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento de alteração da firma e objecto social da sociedade comercial por quotas sob a firma “IMO-MAIO, LDA”, com sede na Vila do Maio e o capital social de 300.000\$00, matriculada nesta Conservatória do Registo Comercial, sob o número 02/20121128.

Em consequência, alteram os artigos correspondentes do pacto social que passam a ter a seguinte e nova redacção:

Artigos Alterados: 1º e 3º

Termos da alteração:

Firma:

“IMO-MAIO-MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA”.

Objecto:

Mediação imobiliária, angariação de imobiliária, gestão jurídico, administrativo, técnico e financeiro de projecto de construção, construção, importação de bens para a realização objecto social, gestão, manutenção, aluguer, administração dos bens imobiliária, venda de espaços publicitários, prestação de serviços de concepção, criação, instalação, reparação, manutenção, formação venda e/ou aluguer de material em sector de actividade, de construção de segurança dos bens e/ou as pessoas, equipamentos imobiliários e móveis, bem como a disponibilização de empregados de maneira temporária ou permanente ao serviço das administrações, pessoas privadas e empreendidas em qualquer domínio de actividade em relação com o objecto social.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe do Maio, aos 29 de Novembro de 2012. – A Conservadora, *Carla Monteiro Varela*

**Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina**

**Extracto publicação de sociedade nº 516/2012:**

A NOTÁRIO/NOTÁRIA: MARIA IVETE SANTOS DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um averbamento da alteração do artigo 3º do pacto social, referente á sociedade comercial denominada, “ELEVATOR COMPANY, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.”, com a sede social em Santa Catarina de Santiago – Cidade de Assomada, matriculada nesta Conservatória sob o número 262712733/1655920101124, em vinte e quatro de Novembro de dois mil e dez, cujo capital social é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos).

OBJECTO SOCIAL:

Produção, fornecimento, instalação e manutenção de painéis solares e elevadores, portão de garagem e outros, importação e exportação.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina, aos 13 de Novembro de 2012. – A Notário, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.



**II SÉRIE**  
**BOLETIM**  
**OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: [www.incv.cv](http://www.incv.cv)



*Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.*  
*C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09*  
*Email: [kioske.incv@incv.cv](mailto:kioske.incv@incv.cv) / [incv@incv.cv](mailto:incv@incv.cv)*

**I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.**